

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

PSICÓLOGO



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

Typo 1 – BRANCA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Um anúncio de imóveis dizia:

“Galpões em condomínio para locação:

- * 500m da Linha Vermelha
- * Restaurante 24 horas
- * Segurança privada 24 horas
- * Módulos a partir de 2.300 m²
- * 7.500 m² de estacionamento”

O anúncio citado mostra um conjunto de vantagens para o comprador; entre as vantagens oferecidas só NÃO está presente:

- (A) alimentação saudável;
- (B) segurança permanente;
- (C) módulos de várias dimensões;
- (D) disponibilidade de estacionamento;
- (E) facilidade de acesso.

2

O jornal *O Globo* de 10/10/2018 informava o seguinte:

“Relatório do FMI divulgado ontem diz que, excluindo a Venezuela, em grave crise, o Brasil será o país emergente com a maior dívida bruta em relação ao PIB, 90,5%, em 2019”.

A informação correta passada ao leitor é:

- (A) a crise econômica do Brasil é a mais grave do continente;
- (B) a crise na Venezuela é causada por sua dívida bruta em relação ao PIB;
- (C) a informação veiculada pelo jornal não é confiável em função de ter sido divulgada pelo FMI;
- (D) o conteúdo semântico do advérbio “ontem” depende da data da publicação do jornal;
- (E) o segmento “em grave crise” se refere ao Brasil e à Venezuela.

3

O cartaz publicitário de um evento de moda no Rio de Janeiro mostrava o seguinte:

VESTE-RIO

A MODA AQUI É FAZER NEGÓCIO

A frase *A moda aqui é fazer negócio* tem sua originalidade apoiada no(na):

- (A) emprego de linguagem não figurada;
- (B) duplicidade de sentido da palavra “moda”;
- (C) utilização de linguagem coloquial;
- (D) inversão dos termos sintáticos da frase;
- (E) uso de erro gramatical intencional.

4

O evento citado na questão anterior teria seu horário de funcionamento indicado de forma correta na seguinte alternativa:

- (A) de 12h às 20 horas;
- (B) das 12h a 20 horas;
- (C) das 12hs às 20hs;
- (D) das 12h às 20 horas;
- (E) de 12hs a 20 horas.

5

Uma entrevista com o economista-chefe do Banco Interamericano de Investimento registrou o seguinte diálogo:

Entrevistador: O que os americanos podem querer do Brasil?

Economista: Obviamente, lhes interessaria ter melhor acesso à maior economia da América Latina. O Brasil tem uma enorme complementaridade com a economia americana, em especial no setor industrial.

O economista entrevistado dá uma resposta política à pergunta feita; a marca dessa preocupação está em:

- (A) declarar que o Brasil é a maior economia da América Latina;
- (B) informar a complementaridade das economias;
- (C) destacar a importância das negociações no setor industrial;
- (D) reconhecer que os EUA têm pouco acesso à economia brasileira;
- (E) mostrar a preocupação americana com nosso país.

6

Num evento cujo tema era a Educação, um economista norte-americano disse:

“O crescimento econômico depende da qualificação da população. Se as escolas tiverem melhorias, os ganhos serão imensos”.

Sobre o conteúdo desse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o ponto de vista defendido pelo economista tem relação direta com a sua nacionalidade;
- (B) o segundo período do texto diz, em outras palavras, que a qualificação da população depende do crescimento econômico;
- (C) no segmento “qualificação da população”, o termo “da população” funciona como agente do termo anterior;
- (D) a primeira oração do segundo período do texto mostra a condição de os ganhos serem imensos;
- (E) o último período do texto mostra uma certeza futura.

7

No mesmo encontro sobre Educação, uma representante brasileira declarou:

“A sociedade civil precisa exigir ensino de qualidade. Foi assim para acabar com a inflação, depois com a corrupção e agora deve ser com a melhoria da educação”. (Priscila Cruz)

Considerando-se o fragmento como argumentativo, sobre os componentes desse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) as mudanças essenciais para a sociedade brasileira partem sempre de autoridades competentes;
- (B) o segundo e último período do segmento funciona como argumento na defesa do pensamento do período anterior;
- (C) a inflação e a corrupção servem de exemplo de momentos em que a sociedade civil agiu emocionalmente;
- (D) ensino de qualidade é a condição de acabar-se com a inflação e com a corrupção;
- (E) segundo o texto, a melhoria da educação é um objetivo anterior ao combate à inflação e à corrupção.

8

Os dois segmentos citados nas questões 6 e 7 mostram o seguinte ponto em comum:

- (A) a crítica às autoridades educacionais;
- (B) o diagnóstico preciso de algumas falhas na educação;
- (C) a preocupação com a melhoria na educação;
- (D) a indicação de que nosso sistema educacional é excludente;
- (E) a previsão de problemas futuros na nossa educação.

9

Uma notícia publicada em jornal carioca trazia o seguinte texto:

“Pacientes em risco por impasse do governo

Remédio para doença rara está retido no aeroporto de Brasília há um mês, por desentendimento burocrático entre a Anvisa e o Ministério da Saúde; carregamento, importado dos Estados Unidos, é avaliado em R\$84,5 milhões”.

A condenação maior dessa notícia se dirige ao(à):

- (A) corrupção das autoridades;
- (B) descaso do governo;
- (C) burocracia exagerada;
- (D) falta de planejamento governamental;
- (E) legislação ultrapassada.

10

“Saiba identificar notícias que possam ser falsas

Procure sinais que te ajudem a julgar se uma informação é falsa. Por exemplo: mensagens encaminhadas de fonte desconhecida, falta de evidências ou mensagens cujos únicos propósitos são irritar e incitar violência. Estes são sinais claros de que uma história pode não ser verdadeira. E lembre-se: fotos, vídeos e até áudios podem ser manipulados para tentar te enganar”.

Esse texto, de uma campanha do WhatsApp contra notícias falsas, mostra um erro de norma culta no seguinte termo sublinhado:

- (A) o pronome “te” deveria ser substituído por “o”;
- (B) “fonte desconhecida” é redundância desnecessária;
- (C) “cujos únicos propósitos são” deveria passar para o plural;
- (D) “Estes” deveria ser substituído por “Esses”;
- (E) “podem ser” deveria ser alterado para “são”.

11

“Saiba identificar notícias que possam ser falsas”.

Sobre as formas verbais desse segmento que serve de título para o texto da questão anterior, é correto afirmar que:

- (A) a forma do imperativo “saiba” indica ordem;
- (B) a forma “saiba identificar” indica a existência de duas orações;
- (C) a forma “possam ser” indica a existência de duas orações;
- (D) as formas “identificar” e “ser” mostram modos diferentes;
- (E) a forma do subjuntivo “possam” indica um fato possível.

12

Uma das dicas, publicadas na revista Ela (outubro 2018), sobre manter a geladeira organizada dizia:

“Potes de vidro transparentes e em formatos quadrado e retangular, para encaixar nos cantos da geladeira, são os melhores para guardar as sobras de comida. Ainda indico etiquetar o que tem em cada um e o dia em que foi preparado”. (Márcia Primo Costa)

A mesma estrutura do segmento “formatos quadrado e retangular” aparece em:

- (A) alunos da primeira e segunda séries;
- (B) as bandeiras brasileira e francesa;
- (C) livros úteis e interessantes;
- (D) atores e atrizes participantes;
- (E) bons vinhos e licores.

13

No mesmo texto da questão anterior, os termos que estão em perfeito paralelismo são:

- (A) transparentes / em formatos;
- (B) encaixar / etiquetar;
- (C) cantos da geladeira / sobras de comida;
- (D) o que tem em cada um / o dia em que foi preparado;
- (E) para encaixar / para guardar.

14

A propaganda do relógio Rolex GMT-MASTER II diz o seguinte:

“Criado para exibir a hora em dois fusos horários ao mesmo tempo, é perfeito para navegar pelo mundo com estilo. Não marca apenas o tempo. Marca a História”.

O texto publicitário destaca como maior ponto de interesse do relógio:

- (A) a aplicabilidade em situações diversas;
- (B) a perfeição tecnológica do produto;
- (C) as vantagens sobre produtos semelhantes;
- (D) a sua durabilidade histórica;
- (E) a sofisticação mostrada pelo usuário.

15

“Por lei, as empresas não podem fazer restrições por gênero, raça, idade ou qualquer tópico que gere discriminação, conforme a Constituição. Por isso, a injustiça na seleção geralmente é velada”.

Desse fragmento, retirado de um texto jornalístico sobre seleção de candidatos a emprego, infere-se que:

- (A) as empresas respeitam os princípios constitucionais;
- (B) algumas discriminações podem ser aceitas sem penalidades;
- (C) os contratantes temem as penas legais contra a discriminação;
- (D) é razoavelmente justo haver discriminação em alguns casos;
- (E) as restrições por gênero, raça e idade estão citadas em ordem de importância.

16

“Políticos que não conseguiram se reeleger mergulham em suas reflexões sobre os motivos que os levaram à derrota. Algo os une: a surpresa com o resultado e a crença de que os institutos de pesquisa falharam em medir o desejo por renovação expresso pelos eleitores nas urnas”.

(O Globo, 14/10/2018)

As reflexões que unem os derrotados mostram:

- (A) a não inclusão de razões pessoais para o fracasso;
- (B) a conscientização prévia da possibilidade de derrota;
- (C) a atribuição da derrota aos institutos de pesquisa;
- (D) a amargura diante da ingratidão dos eleitores;
- (E) o medo da onda renovadora da população.

17

“O problema da mortalidade materna vergonhosa no Brasil não é a taxa de cesariana dita alta. Isso é provado por ser praticamente zero a taxa de mortes em clínica privada, onde os números beiram 90% de cesarianas. Os problemas são as maternidades sucateadas, a troca de obstetras por pessoal de enfermagem para economizar e a corrupção”.

Esse texto faz parte de uma carta de um leitor para o jornal *O Globo*, publicada em 14/10/2018.

A posição do leitor diante da mortalidade citada é:

- (A) condenar o alto número de cesarianas realizadas;
- (B) indicar a cesariana como processo seguro;
- (C) protestar contra o abandono da saúde pública;
- (D) reprovar políticos pelos atos de corrupção praticados;
- (E) indicar caminhos para a mudança da grave situação.

18

“O problema da mortalidade materna vergonhosa no Brasil não é a taxa de cesariana dita alta”.

A única afirmação inadequada em relação a essa frase inicial da carta do leitor citada na questão anterior é:

- (A) o “problema” é o grande número de mortes em partos no Brasil;
- (B) “mortalidade materna vergonhosa” alude ao grande número de filhos de pais desconhecidos;
- (C) “não é” contraria uma opinião difundida;
- (D) “dita” mostra um distanciamento do autor da carta;
- (E) “mortalidade materna” se refere exclusivamente à morte das mães, e não dos bebês.

19

Em artigo sobre dificuldades do comércio varejista, aparece o seguinte texto:

“Numa via que corre em paralelo ao caminho das recuperações judiciais e extrajudiciais, pequenas e médias empresas com dificuldade de caixa estão recorrendo à sua rede de fornecedores como fonte de financiamento para manutenção de suas atividades. Alternativa à inadimplência formal ou mesmo ao fechamento do negócio, esses comerciantes discutem diretamente com a indústria o parcelamento ou o adiamento de pagamentos e débitos”.

Tratando-se de artigo sobre o comércio, é natural que traga vocábulos e expressões desse campo semântico específico.

A alternativa abaixo que NÃO confirma essa afirmação é:

- (A) corre em paralelo;
- (B) recuperações judiciais e extrajudiciais;
- (C) dificuldade de caixa;
- (D) inadimplência formal;
- (E) pagamentos e débitos.

20

“O Museu Nacional anunciou, nesta sexta-feira (19), que conseguiu resgatar o crânio de Luzia, o fóssil humano mais antigo das Américas. A peça é uma das mais emblemáticas do acervo incendiado em 2 de setembro. O crânio foi encontrado fragmentado, mas a restauração é possível, segundo os cientistas. A reconstrução depende de repasse de verba do Governo Federal para reabrir o laboratório do museu, que é gerido pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)...”

(UOL Notícias, 20/10/2018)

A importância do achado se deve ao fato de:

- (A) tratar-se de uma das poucas peças recuperadas do incêndio;
- (B) permitir a continuidade das pesquisas;
- (C) haver possibilidade de completa restauração;
- (D) representar uma peça emblemática do museu;
- (E) ser um dos fósseis mais antigos das Américas.

Noções de Direito Público

21

Como consequência da precariedade do sistema de educação, da concentração de renda e do déficit habitacional, o processo de exclusão social pode ser evidenciado nos Municípios pelo aumento da população em situação de rua.

O poder público encontra grande dificuldade para atuar nesse tema, mas é certo que qualquer política pública adotada deve se pautar pelo respeito ao princípio constitucional fundamental da:

- (A) intervenção do Estado no âmbito nacional e em suas relações internacionais, para erradicação da pobreza global;
- (B) tutela aos valores sociais do trabalho e da vedação à livre iniciativa, para garantir a soberania do Estado democrático;
- (C) dignidade da pessoa humana, considerado o núcleo essencial do constitucionalismo moderno;
- (D) proteção aos hipossuficientes, que possuem gratuidade na habitação coletiva, no transporte público e no sistema de saúde;
- (E) internação compulsória, como regra, de pessoas que permaneçam em via pública por mais de 48 horas.

22

No ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, completa 30 anos, merece especial homenagem o título que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, o texto constitucional dispõe que é:

- (A) permitida a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato, para se evitem retaliações;
- (B) vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- (C) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- (D) inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo fomentada atividade política e partidária nos cultos religiosos;
- (E) assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o resguardo do sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.

23

Em matéria de organização político-administrativa dos entes federativos, a Constituição da República de 1988 estabelece que compete aos Municípios:

- (A) cuidar privativamente da saúde e assistência pública, da proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e legislar sobre seguridade social;
- (B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- (C) editar legislação concorrentemente com os Estados sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- (D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, com prévia participação da sociedade civil;
- (E) legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, com ampla participação da sociedade civil, inclusive por meio de audiências públicas.

24

A Constituição da República de 1988 dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e as ações governamentais afetas a essa área serão organizadas com base em algumas diretrizes, como a:

- (A) habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, com emprego dos recursos necessários da área social e de saúde, e a segregação dessas pessoas à vida comunitária;
- (B) adesão prévia obrigatória ao regime geral de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema;
- (C) centralização político-administrativa, cabendo a coordenação e normas gerais aos Municípios, e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e federal;
- (D) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- (E) obrigatoriedade, aos Municípios e Estados, de vinculação a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco por cento de sua receita tributária líquida.

25

Agentes públicos municipais realizam vistorias e fiscalizações em casas e comércios da cidade, com o objetivo de eliminar os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que causa doenças como dengue, chikungunya e zika.

A política pública descrita está calcada no poder administrativo que consiste na atividade da administração pública, que se expressa por meio de seus atos concretos, de condicionar a propriedade dos indivíduos, mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas, chamado poder:

- (A) disciplinar, que estabelece regras gerais para o uso da propriedade privada;
- (B) hierárquico, que se evidencia pela superioridade administrativa e funcional dos agentes da área da saúde;
- (C) regulamentar, que fixa normas aplicáveis em casos concretos e predeterminados em matéria de saúde pública;
- (D) de polícia, que está calcado no fundamento da supremacia geral do interesse público;
- (E) normativo, que excepciona os agentes de segurança pública, em qualquer hipótese, a observar a inviolabilidade domiciliar.

26

Serviço público é toda atividade executada de forma direta ou indireta pelo Estado e usufruída pelos cidadãos, gozando de prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público.

Dentre os princípios específicos do serviço público, o ordenamento jurídico estabeleceu o da:

- (A) modicidade das tarifas, segundo o qual o serviço público deve ser prestado aos hipossuficientes de forma gratuita e universal;
- (B) pessoalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado em benefício a um círculo social previamente definido em lei;
- (C) continuidade, segundo o qual o serviço público, em regra, não deve sofrer interrupções e deve ser prestado de forma permanente;
- (D) isonomia formal, segundo o qual o preço público cobrado para prestação do serviço deve ter valor progressivo, de acordo com a capacidade contributiva do usuário;
- (E) onerosidade, segundo o qual o serviço público é remunerado mediante tarifa e, em caso de inadimplemento do usuário, pode ser suspenso independentemente de aviso prévio.

27

João e José, respectivamente diretor e professor de escola municipal, presenciaram, no interior da unidade escolar, a genitora do aluno Davi, de 8 anos, praticar atos de maus-tratos contra a criança. Imediatamente, os agentes públicos municipais elaboraram certidão narrando os fatos e comunicaram às autoridades competentes.

O ato administrativo praticado por João e José possui o atributo da:

- (A) presunção de veracidade de seu conteúdo, que admite prova em sentido contrário;
- (B) executoriedade, que possibilita ao diretor destituir imediatamente o poder familiar da genitora de Davi;
- (C) autotutela, que permite ao diretor decretar a inversão da guarda do menor;
- (D) imperatividade, que produz efeitos somente após a confirmação pela autoridade judiciária;
- (E) precaução, que objetiva provocar o conselho tutelar a decretar a prisão da genitora de Davi.

28

Licitação pode ser conceituada como o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração Pública ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa, como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico estabelece como princípio específico da licitação o:

- (A) da seleção da proposta mais célere para a Administração Pública;
- (B) do tratamento diferenciado de natureza comercial e trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras;
- (C) da prioridade para sociedades anônimas;
- (D) do julgamento subjetivo do certame;
- (E) da vinculação ao instrumento convocatório.

29

Maria deu entrada em requerimento administrativo de internação de sua mãe, Ângela, de 95 anos, em instituição municipal de longa permanência para idosos, alegando apenas sua avançada idade. Após estudo técnico feito pela equipe multidisciplinar do Município (com psiquiatra, psicólogo e assistente social), verificou-se que a idosa Ângela está em pleno gozo de sua capacidade civil, com boas condições de saúde e consegue gerir adequadamente seus proventos de aposentadoria.

Assim sendo, o agente público competente indeferiu o pedido de acolhimento da idosa, eis que os requisitos legais não estavam presentes, praticando um ato:

- (A) jurídico disciplinar, pois o agente público aplica a sanção disciplinar de internação quando há infração à lei;
- (B) jurídico declaratório, pois o agente público tem o poder-dever de declarar a sanidade mental dos cidadãos;
- (C) jurisdicional plural, pois vários agentes públicos contribuíram para o ato;
- (D) administrativo vinculado, pois o agente seguiu os ditames previstos em lei, sem margem discricionária de escolha;
- (E) administrativo hierárquico, pois o agente público está em situação hierarquicamente superior ao particular.

30

Em matéria de orçamento público, observe os conceitos das principais leis que formam seu tripé.

I. Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte e, para tal, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar, traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes, autoriza o aumento das despesas com pessoal etc;

II. Define o planejamento que indica quanto e onde gastar o dinheiro público no período de um ano, com base no valor total arrecadado pelos impostos;

III. Dispõe sobre o planejamento de médio prazo, identificando as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- (A) Lei Tributária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual;
- (C) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Plano Plurianual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (E) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Conhecimentos Específicos**31**

Emerson, 11 anos, foi encontrado adormecido em um banco de praça, com uma lata de cola de sapateiro ao seu lado. Para a equipe de abordagem, ele relatou que havia fugido de casa em outra cidade há aproximadamente 6 meses porque a mãe e o companheiro dela bebiam e o agrediam. Emerson não tem pai registral.

Considerando a situação de Emerson, o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” preconiza:

- (A) o abrigo em serviço de acolhimento socioeducativo que conte com capacitação para o trabalho e preparação para o desenvolvimento da autonomia;
- (B) o acolhimento em serviço que adote estratégias diferenciadas de atendimento e níveis de cuidado peculiar para crianças e adolescentes em situação de rua;
- (C) a imediata reintegração ao núcleo familiar de origem, mediante a entrega da criança à mãe e ação de investigação de paternidade;
- (D) a internação em comunidade terapêutica especializada em crianças e adolescentes para desintoxicação e tratamento da dependência química;
- (E) o respeito ao direito de ir e vir e de escolher o logradouro público como local de moradia e de sobrevivência permanente ou temporário.

32

A psicóloga do CRAS fez visita domiciliar a D. Isaura, 75 anos, para saber por que ela não estava mais frequentando o grupo de convivência para idosos. Muito triste, a idosa relatou que seu filho Álvaro afirmava que ela estava “esclerosada”, não permitia mais que ela fosse ao CRAS e à missa aos domingos e havia feito um empréstimo consignado em sua conta de pensionista.

Diante desse cenário e de acordo com a legislação vigente, a psicóloga deverá:

- (A) comunicar a suspeita de prática de violência de Álvaro contra D. Isaura ao Ministério Público ou outro órgão de proteção;
- (B) notificar o Conselho Tutelar do Idoso, solicitando sindicância para averiguação de situação de risco envolvendo a idosa;
- (C) providenciar atendimento domiciliar neurológico a fim de confirmar o diagnóstico de demência senil para a curatela;
- (D) respeitar as decisões e providências tomadas pelo tutor de D. Isaura na preservação de sua integridade física e psicológica;
- (E) providenciar o encaminhamento de D. Isaura para entidade de acolhimento de idosos para devolver a ela a autonomia de ir e vir.

33

A Escola Municipal Prof. João da Silva oficiou ao Conselho Tutelar comunicando a infrequência escolar da aluna Tatiane, 15 anos. No atendimento, o órgão de proteção apurou que Tatiane está grávida de 4 meses de seu namorado Bruno, 18 anos, e foi afastada da escola por sua mãe, Maria de Fátima, assim que a gravidez foi descoberta.

Nessa hipótese, o Conselho Tutelar tem a atribuição de:

- (A) prestar assistência psicoterápica a Tatiane, considerando a vulnerabilidade emocional inerente à gravidez e à maternidade precoce;
- (B) advertir Bruno e seus pais para a necessidade de o jovem formalizar a união com Tatiane e reconhecer a paternidade do bebê;
- (C) orientar a genitora Maria de Fátima quanto à obrigatoriedade de manter Tatiane frequentando regularmente a escola durante a gestação;
- (D) oferecer representação disciplinar em face dos pais de Tatiane por omissão na vigilância e pela evasão escolar da adolescente;
- (E) informar a Escola Municipal sobre a condição especial da jovem para que se providencie seu desligamento escolar e o trancamento da matrícula.

34

De acordo com o boletim Drogas e Cidadania, do Conselho Federal de Psicologia do ano de 2012, “A leitura do fenômeno do uso abusivo de drogas, em particular, do consumo de crack, como uma epidemia, além de grave equívoco de interpretação dos dados epidemiológicos que não demonstram isso, provoca uma reação social que instaura o medo e autoriza a violência e a arbitrariedade.”

Uma abordagem da questão do consumo de crack em consonância com o respeito aos direitos do cidadão prevê:

- (A) a adoção de intervenções higienistas que considerem o direito do usuário de receber tratamento de saúde integral, compreendida aí a saúde física, mental e social;
- (B) o fim da estigmatização das internações involuntárias e compulsórias, importantes estratégias de proteção a sujeitos que perderam sua capacidade de autodeterminação;
- (C) a oferta de transação penal ou suspensão condicional do processo por uso de drogas àqueles usuários que aderirem voluntariamente ao programa de tratamento da dependência química;
- (D) o direito do usuário de ser esclarecido sobre a sua saúde, de intervir em seu próprio tratamento e de ser considerado em suas necessidades, em função de sua subjetividade;
- (E) a disponibilização de uma rede de serviços complementares às instituições totais, com foco no estímulo ao desenvolvimento da espiritualidade e na ressocialização através do trabalho.

35

Cristiane, 18 anos, é mãe de uma menina de 2 anos e está grávida novamente de um ex-namorado de quem se separou após sofrer agressões. Mãe e filha estão vivendo em um serviço de acolhimento para famílias. Cristiane confidenciou à psicóloga que havia tentado abortar e perguntou à profissional se ela conhecia alguém a quem ela pudesse entregar o bebê.

Deverá a psicóloga nesse caso:

- (A) encaminhar Cristiane sem constrangimento para a Justiça da Infância e da Juventude para a garantia de seus direitos;
- (B) atender Cristiane em psicoterapia para minimizar os efeitos do estado gestacional e puerperal;
- (C) advertir Cristiane quanto aos riscos de perder a guarda da filha mais velha por conta do abandono do nascituro;
- (D) acolher o pedido de Cristiane sem julgamento moral e ajudá-la a encontrar uma nova família para o bebê;
- (E) encaminhar Cristiane para o PAIF para que ela fortaleça os vínculos com o bebê e desista da entrega.

36

Robson, 19 anos, tem paralisia cerebral e mora com a mãe Dalva e os três irmãos menores em uma casa construída no quintal da casa dos avós. A renda da família provém de faxinas que Dalva faz eventualmente e do Programa Bolsa Família.

De acordo com a legislação que dispõe sobre os direitos da pessoa com deficiência:

- (A) Robson passará a residir em uma residência inclusiva destinada a jovens adultos com deficiência;
- (B) Robson depende do consentimento de sua representante legal para manter relacionamento afetivo e sexual;
- (C) para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada, Robson precisará comprovar contribuição prévia para a previdência social;
- (D) Dalva e Robson têm atendimento psicológico assegurado nos serviços de saúde pública destinados a pessoas com deficiência;
- (E) a deficiência intelectual de Robson constitui um entrave à sua participação no grupo de convivência do Centro-Dia de seu bairro.

37

Desde que foi sancionado, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem passado por alterações para regulamentar e tornar mais rígidas a investigação e a punição de crimes contra a dignidade sexual da criança e do adolescente.

Sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, é correto afirmar que:

- (A) é necessária a comprovação da conjunção carnal mediante exame de corpo de delito para a caracterização de crime sexual;
- (B) o abuso sexual no âmbito doméstico deve permanecer assunto privado sob pena de ruptura dos laços familiares;
- (C) não são consideradas como violência sexual as hipóteses em que houve participação voluntária e consentida da criança ou adolescente;
- (D) a escuta especializada e o depoimento especial serão oferecidos a crianças e adolescentes vítimas no acompanhamento prestado no CRAS;
- (E) a exploração sexual deve ser combatida por meio de ações públicas e sociais de garantia de direitos básicos e acesso a serviços fundamentais.

38

Frederico, 16 anos, filho de um empresário, foi apreendido quando pichava um monumento público em uma praça da cidade de Niterói. Em audiência no Juízo da Infância e Juventude, foi aplicada ao adolescente a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.

De acordo com o que dispõe a legislação:

- (A) a medida de prestação de serviços poderá ser substituída nesse caso por pena pecuniária considerando a capacidade financeira da família do infrator;
- (B) o Plano Individual de Atendimento deverá contemplar a participação dos pais de Frederico, que têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente;
- (C) Frederico cumprirá sua internação em estabelecimento socioeducativo com instalações adequadas e em conformidade com o disposto no SINASE;
- (D) Frederico deverá ser condenado à pena restaurativa de limpar o monumento pichado por ter cometido crime de vandalismo contra o patrimônio público;
- (E) competirá ao CRAS estadual o acompanhamento do adolescente no cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto.

39

O Quintal da Casa de Ana é um equipamento da rede socioassistencial do Município de Niterói, registrado no CMAS e no CMDCA, e integra o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, atuando no direito à convivência familiar e comunitária.

Sobre essa participação da sociedade civil na assistência social, de acordo com o ECA, a LOAS e o SUAS, é correto afirmar que:

- (A) os programas de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por organizações da sociedade civil;
- (B) os conselhos municipais de assistência serão compostos por entidades governamentais e não governamentais, garantida a proporção de dois para um;
- (C) as entidades da sociedade civil caracterizam-se pela prestação de serviços assistenciais a baixo custo para a população economicamente vulnerável;
- (D) a sociedade civil, organizada ou não, deve se engajar em práticas filantrópicas e assistencialistas no interesse de menores carentes;
- (E) o poder público estimulará os orfanatos religiosos ou civis para crianças desamparadas por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios.

40

O prolongamento da vida só pode ser considerado como uma conquista real quando é agregada qualidade aos anos adicionais de vida. Com o avanço da idade, porém, as chances de ocorrência de doenças e prejuízos à funcionalidade física, social e psíquica são maiores.

Dentre as ocorrências comumente associadas à velhice e que demandam medidas de prevenção primária, secundária e terciária para um envelhecimento com qualidade de vida, NÃO se encontra:

- (A) diminuição progressiva na acuidade visual e auditiva;
- (B) risco aumentado de quedas com lesões associadas;
- (C) comprometimento cognitivo ou comportamental ligado a demências;
- (D) depressão decorrente de isolamento social e perdas afetivas;
- (E) incidência maior de surtos de esquizofrenia paranoide.

41

Identificar a situação de violência contra a mulher é necessário para garantir o encaminhamento adequado, de modo a ajudá-la a romper com o ciclo de violência. A violência doméstica e familiar contra a mulher pode se manifestar de diferentes formas.

Sobre o tema, analise as situações abaixo.

- I. A participação em relação sexual não desejada é entendida como violência sexual desde que haja uso de força física para a consumação do ato;
- II. A vigilância constante, inclusive de aparelho celular e computador de uso pessoal, configura um padrão de ciúmes normal em relacionamentos;
- III. A subtração de bens, valores e recursos financeiros da mulher é conduta entendida como violência patrimonial;
- IV. A violência moral compreende qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) III;
- (B) I e II.
- (C) I e III;
- (D) II e IV;
- (E) III e IV.

42

Rodolfo tem 10 anos e trabalha com sua mãe em um “lixão”, coletando material reciclável para venda.

De acordo com a legislação da LOAS, do SUAS e do ECA, no que concerne à questão do trabalho infantil:

- (A) a ocupação de Rodolfo é permitida por se tratar de regime familiar de trabalho e fortalecer os vínculos com a genitora;
- (B) Rodolfo tem direito à profissionalização e à proteção psicossocial no trabalho de catador de material reciclável;
- (C) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil prevê a oferta de serviços socioeducativos para Rodolfo;
- (D) Rodolfo poderá ajudar sua mãe no contraturno escolar, sem prejuízo da frequência obrigatória ao ensino regular;
- (E) o ECA veda o trabalho de adolescentes, inclusive das famílias em programas de transferência de renda.

43

O acolhimento de bebês apresenta características bastante peculiares.

O acolhimento familiar é uma estratégia de acolhimento valorizada na lei e que traz como vantagens:

- (A) permitir que famílias acolhedoras façam um estágio de convivência com o bebê com guarda provisória antes da decisão de adoção;
- (B) manter sigilo sobre a localização do bebê e protegê-lo do contato e da convivência com sua família de origem;
- (C) permitir a permanência do bebê em um ambiente favorável ao seu desenvolvimento psicomotor por prazo indeterminado;
- (D) suprir através do trabalho voluntário de famílias a carência de vagas no sistema de acolhimento institucional coletivo;
- (E) favorecer o atendimento mais adequado às especificidades e necessidades do bebê de um acompanhamento individualizado.

44

A psicóloga Suzana atua no CREAS no atendimento a mães de crianças em acolhimento institucional.

Quanto ao exercício de suas funções, analise as intervenções a seguir.

- I. Proporcionar apoio e acompanhamento especializado de forma individualizada ou em grupo a famílias e indivíduos;
- II. Emitir laudos e pareceres sempre que solicitado pelo Sistema de Garantia de Direitos dentro do seu nível de proteção;
- III. Promover a reintegração familiar através do deferimento de guarda provisória a membro da família extensa;
- IV. Operar a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção básica e especial.

No exercício de suas funções, Suzana poderá desenvolver:

- (A) somente I, II e III;
- (B) somente I, II e IV;
- (C) somente I, III e IV;
- (D) somente II, III e IV;
- (E) I, II, III e IV.

45

São princípios organizativos do SUAS, EXCETO:

- (A) universalidade;
- (B) gratuidade;
- (C) integralidade da proteção social;
- (D) intersetorialidade;
- (E) acolhimento.

46

De acordo com a NOB|SUAS 2012 e a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a concessão e a manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de responsabilidade:

- (A) da União;
- (B) dos Estados;
- (C) dos Municípios;
- (D) do Distrito Federal;
- (E) das Organizações Não Governamentais.

47

A competência para alimentar o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS é:

- (A) da União;
- (B) dos Estados;
- (C) do Distrito Federal;
- (D) dos Municípios;
- (E) das Organizações Não Governamentais.

48

Segundo as disposições contidas na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- I. proteção social básica;
- II. proteção social especial;
- III. vigilância tutelar.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

49

Em consonância com a Lei Municipal nº 3.263/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Niterói – SUAS Niterói, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF deverá ser ofertado exclusivamente no(a):

- (A) CREAS;
- (B) SCFV;
- (C) PAEFI;
- (D) CRAS;
- (E) Serviço Especializado de Abordagem Social.

50

Segundo a Lei Municipal nº 3.263/2017, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade ofertará:

- I. Serviço de Acolhimento Institucional;
- II. Serviço de Acolhimento em República;
- III. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

51

Dentre os objetivos das medidas socioeducativas, segundo o SINASE, encontra-se:

- (A) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
- (B) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- (C) o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à criança e ao adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde;
- (D) a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- (E) a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

52

O conhecido experimento “João Bobo”, de Albert Bandura, utilizou a teoria social do aprendizado para entender melhor:

- (A) o medo;
- (B) o amor;
- (C) a agressividade;
- (D) a resiliência;
- (E) a colaboração entre pares.

53

O condicionamento humano foi objeto da pesquisa desenvolvida com um bebê, conhecido como pequeno Albert. Naquele experimento implantou-se uma fobia na criança através da associação de um estímulo aversivo (som alto) a um estímulo neutro (animais peludos).

Essa conhecida e controversa experiência foi desenvolvida por:

- (A) John Watson;
- (B) Frederic Skinner;
- (C) Philip Zimbardo;
- (D) Stanley Milgram;
- (E) Erik Erikson.

54

A zona de desenvolvimento proximal é um conceito que alude à “distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”.

Essa análise foi desenvolvida por:

- (A) Jean Piaget;
- (B) Lev Vygotsky;
- (C) Carl Rogers;
- (D) Erich Fromm;
- (E) Abraham Maslow.

55

Miguel, 14 anos, foi submetido à medida socioeducativa (MSE) de internação em função de ato infracional. Na unidade em que cumpria a MSE foi alvo de castigo físico pelo agente da unidade.

O fato foi denunciado ao Conselho Tutelar e o agente pode ser submetido às sanções abaixo apontadas, EXCETO:

- (A) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- (B) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- (C) obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- (D) advertência;
- (E) pagamento de escola integral.

56

Com relação à adoção, o ECA dispõe que:

- (A) é permitida a adoção por procuração;
- (B) o adotando deve contar com, no máximo, dezesseis anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes;
- (C) serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento;
- (D) podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil;
- (E) o adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando, exceto se o adotando expressamente der o seu consentimento sobre a adoção.

57

Em consonância com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), aos idosos que não possuem meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a partir de:

- (A) 60 anos;
- (B) 62 anos;
- (C) 65 anos;
- (D) 70 anos;
- (E) 75 anos.

58

O casal de italianos Luigi e Mirela reside em Roma e decidiu adotar uma criança brasileira. Para tanto, o casal se habilitou em uma agência de adoção italiana que os encaminhou diretamente da Itália para conhecer Bruna, uma menina acolhida no Brasil, pois o diretor da agência era primo da coordenadora da unidade de acolhimento.

De acordo com a Lei nº 8.069/90 (ECA), o procedimento da agência está:

- (A) correto, pois o casal está devidamente cadastrado na Itália, tendo apresentado toda a documentação que possibilite formar uma família, para poder suprir a carência emocional de Bruna;
- (B) correto, pois desburocratiza o processo de adoção, que poderia demorar muitos anos para aproximar o casal italiano da menina brasileira, evitando sofrimento desnecessário de todos;
- (C) errado, pois a criança necessita primeiro ser preparada psicologicamente, já que a adoção internacional implica perda de importantes referências culturais e linguísticas;
- (D) errado, pois é vedado o contato direto de representantes de organismos de adoção com crianças e adolescentes em condições de serem adotados, sem a devida autorização judicial;
- (E) errado, já que como etapa preliminar do processo é necessário que a agência internacional se credencie junto ao Ministério Público Federal, órgão que encaminhará o casal para uma unidade de acolhimento específica.

59

A tendência atual das políticas sociais e econômicas nacionais e internacionais é ressaltar o papel da família no cuidado, na formação e na educação das crianças. Tanto nos textos das leis e políticas públicas brasileiras, quanto no âmbito dos sistemas de atendimento à população, a família aparece como destaque. Logo, a Política Nacional de Assistência Social está pautada na rede socioassistencial para atender as necessidades da família, seus membros e indivíduos, com o pressuposto de garantir condições de sustentabilidade para a família proteger, promover e incluir seus membros.

A palavra-chave que designa o centro de efetividade das ações e dos serviços da política de assistência social é:

- (A) residualidade assistencial;
- (B) privatismo social;
- (C) seletividade de classe;
- (D) matricialidade sociofamiliar;
- (E) focalização e individualização.

60

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, dois tipos de proteção devem ser assegurados: o primeiro, cujo objetivo é prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários; o segundo, que se divide entre o atendimento de situações de risco pessoal e social, envolvendo violação de direitos, com preservação de vínculos familiares e comunitários, e a proteção integral, em face do rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários.

Esses tipos de proteção são, respectivamente:

- (A) assistencial preventivo; assistencial jurídico e assistencial emergencial;
- (B) sociofamiliar e comunitário; socioemergencial e sociointegral;
- (C) socioassistencial; sociojurídico e socioprotetivo;
- (D) assistencial abrangente; assistencial focal e assistencial agudo;
- (E) social básica; social especial de média complexidade e social especial de alta complexidade.

61

O consumo abusivo de drogas é um fenômeno complexo, como são em geral os fenômenos de saúde e da assistência, o que requer como estratégia o envolvimento de instituições com objetivos comuns, porém com ações que partem de campos distintos. Algo novo é então construído nessa relação, trazendo mudanças a todas as instituições relacionadas.

Trata-se da estratégia de:

- (A) redução de danos;
- (B) centralidade;
- (C) prevenção;
- (D) intersetorialidade;
- (E) encaminhamento.

62

A Teoria *Queer* surgiu nos Estados Unidos com a proposta de mudança de foco dos estudos sobre identidade de gênero e de sexo que caracterizavam até então a maioria dos empreendimentos no campo da sociologia e das ciências humanas em geral.

Nesse contexto de discussão, Judith Butler é uma referência teórica importante, segundo a qual:

- (A) o sexo é um dado invariável, ao passo que o gênero varia de acordo com o contexto sociocultural;
- (B) a produção do sexo como elemento pré-discursivo é efeito da construção cultural de gênero;
- (C) a identidade de gênero depende da resolução do complexo de Édipo independentemente da anatomia;
- (D) o corpo biológico é o que gera a formação de identidades de gênero;
- (E) a repressão social para que o gênero esteja adequado ao sexo biológico ocorre desde a Idade Média.

63

Em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921), Freud coloca em primeiro plano o processo coletivo de submissão ao líder, no qual os indivíduos identificam-se uns aos outros ao mesmo tempo em que colocam um só e mesmo objeto no lugar do:

- (A) superego;
- (B) ideal do ego;
- (C) id;
- (D) ego real;
- (E) pai da horda primitiva.

64

Com base na Resolução CFP nº 09/2018, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na realização da Avaliação Psicológica, a psicóloga e o psicólogo devem basear sua decisão, obrigatoriamente, em métodos e/ou técnicas e/ou instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional da psicóloga e do psicólogo (fontes fundamentais de informação), podendo, a depender do contexto, recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação).
- II. São fontes fundamentais de informação: testes psicológicos aprovados pelo CFP para uso pessoal da psicóloga e do psicólogo; e/ou entrevistas psicológicas, anamnese; e/ou protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo e/ou técnicas de grupo familiar.
- III. São fontes complementares de informação: técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão; documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

65

A Resolução nº 13, de 21 de maio de 2018, altera o funcionamento e a composição da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), cujas atribuições são:

- (A) incentivar e promover reflexões sobre os direitos socioassistenciais e as políticas públicas que os garantam, considerando aspectos afetos à formação, à prática profissional e à pesquisa, de forma articulada com as entidades da Psicologia;
- (B) propor ao sistema de conselhos de psicologia o cancelamento de registro das entidades e organizações que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos na LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;
- (C) regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, as diretrizes da política estadual de assistência social, as proposições da conferência municipal de assistência social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;
- (D) aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política estadual na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelo sistema de conselhos de psicologia;
- (E) aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de direitos socioassistenciais, alocados no fundo municipal de assistência social.

66

Os discursos oficiais que costumam atribuir a causa da delinquência à ausência do pai nas famílias remontam a várias décadas passadas. Nesse sentido, o psicanalista francês Jacques Lacan deu importante contribuição, desde a década de 50, em contraponto aos movimentos assistenciais, religiosos e higienistas que visavam restaurar as famílias segundo o modelo biológico e nuclear.

Para Lacan, o que importa a cada sujeito é que se opere a função paterna que:

- (A) não está ligada à presença da pessoa, e sim à importância atribuída pela mãe à palavra daquele que representa a lei;
- (B) está articulada à presença da pessoa que, do lugar de autoridade, se comporta como tal;
- (C) pode ser representada por outra pessoa que não seja o pai biológico, desde que quem a assuma participe da vida doméstica;
- (D) seja encarnada por aquele que deseja a mãe e, por isso, queira assumir os encargos inerentes à função;
- (E) está vinculada àquele a quem o Estado delega suas atribuições, sendo que o escolhido nem sempre é o pai biológico.

67

No campo da assistência social, podemos nos deparar com o emprego de categorias rígidas de classificação de sujeitos tipificados como criminosos, drogados, vagabundos, etc.

Em face de tais classificações, cabe lançar mão do pensamento crítico de Foucault, segundo o qual a subjetividade:

- (A) está situada de forma absoluta no centro do sistema de conhecimento;
- (B) se articula no intervalo da cadeia dos significantes, portanto, ligada ao campo da linguagem;
- (C) possui uma substância idêntica a si mesma, independente do mundo sensível;
- (D) está alienada à condição de classe, num contexto de exploração capitalista;
- (E) é efeito de práticas de poder que se agenciam de forma periférica e capilar.

68

Frequentemente a população clama por maior policiamento e maior encarceramento como mecanismos de combate à delinquência, a despeito de diversas demonstrações de que as prisões fracassam no projeto de ressocialização e prevenção da reincidência.

Na perspectiva da genealogia dos poderes, esse fracasso do sistema carcerário explica-se pelo fato de que:

- (A) a delinquência é um efeito desejável por meio da qual a ilegalidade é gerida e controlada;
- (B) as prisões de segurança máxima são as mais capacitadas para a eliminação da criminalidade;
- (C) as prisões deveriam desaparecer para ceder lugar aos sistemas abertos ou semiabertos;
- (D) a delinquência tem origem nas famílias, de modo que a ação governamental deveria agir preventivamente sobre elas;
- (E) os atos criminosos não definem a personalidade do indivíduo e provêm da resolução edipiana.

69

A Resolução CFP nº 1, de 29 de janeiro de 2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis, possui em seu texto algumas considerações importantes.

Dentre as considerações a seguir, aquela que NÃO se relaciona à Resolução CFP nº 1 é:

- (A) a expressão de gênero refere-se à forma como cada sujeito apresenta-se a partir do que a cultura estabelece como sendo da ordem do feminino, do masculino ou de outros gêneros;
- (B) a identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero;
- (C) a identidade de gênero surge desde o nascimento, com o sexo biológico, mas pode ser modificada a qualquer momento na vida de cada sujeito, podendo gerar sofrimento para o qual é indicado o tratamento psicológico;
- (D) a estrutura das sociedades ocidentais estabelece padrões de sexualidade e gênero que permitem preconceitos, discriminações e vulnerabilidades às pessoas transexuais, travestis e pessoas com outras expressões e identidades de gênero não cisnormativas;
- (E) a autodeterminação constitui-se em um processo que garante a autonomia de cada sujeito para determinar sua identidade de gênero.

70

A Comunicação Não Violenta (CNV) serve como recurso valioso em comunidades que enfrentam conflitos violentos ou graves tensões de natureza étnica, religiosa ou política.

Para colocá-la em prática, é necessário:

- (A) que as pessoas com quem estamos nos comunicando estejam motivadas a se comunicar compassivamente conosco;
- (B) que façamos uma observação do fato para em seguida identificar como nos sentimos ao observar determinada ação;
- (C) que o diálogo se inicie com julgamentos sobre as pessoas e os comportamentos que estão em desacordo com nosso juízo de valor;
- (D) que nos isentemos da responsabilidade sob o argumento de que devemos obedecer às ordens de autoridade e às pressões do grupo;
- (E) que nos comuniquemos com o outro por meio de comparações, a fim de descobrir que atos merecem recompensa ou punição.

Realização

